

Um Nome em Movimento: percurso linguístico-histórico do topônimo Maranhão

*A Name in Motion: linguistic-historical journey of the
toponym Maranhão*

Maria Célia Dias de Castro¹

Esperança Cardeira²

Resumo: Muito tem sido questionado sobre a origem do topônimo Maranhão. Os relatos de viajantes trazem algumas afirmações em favor de uma origem espanhola e portuguesa, enquanto estudiosos de língua indígena postulam uma origem Tupi. Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo de cunho histórico associado à investigação linguístico-etimológica de registros desta lexia para trazer a lume as discussões sobre sua origem. A fundamentação teórica pauta-se nos estudos onomástico-toponímicos, com contributos desde os relatos naturalistas a propostas etimológicas como as de Sampaio (1901) e Tibiriçá (1997). A metodologia segue a análise histórico-etimológica do termo, com base em documentos históricos e de dicionários corográficos e linguísticos. Os resultados apontam como aceitáveis as duas propostas da etimologia do termo, mas não suficientemente concludentes para uma afirmação cabal dessa origem. Porém, não há dúvida de uma causa denominativa histórica antroponímica/toponímica para a nomeação desse estado da federação brasileira, bem como sobre uma motivação de natureza física para o topônimo Maranhão 'o mar' ou 'os grandes rios' navegados.

¹ Professora da UEMA/CESBA, da Pós-Graduação em Letras/PPGE da UEMASUL; colaboradora da UNIJUÍ. E-mail: celialeitecastro@hotmail.com.

² Professora da Faculdade de Letras e investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. E-mail: ecardeira@campus.ul.pt.

Palavras-chave: Onomástica; Toponímia; Etimologia; Linguística Histórica; Maranhão.

Abstract: *Much has been questioned about the origin of the toponym Maranhão. Travelers' reports bring some statements in favor of a Spanish and Portuguese origin, while scholars of indigenous languages postulate a Tupi origin. This paper aims to carry out a historical study associated with a linguistic-etymological investigation of records of this lexia to bring to light the discussions about its origin. The theoretical foundation is based on onomastomatic-toponymic studies, with contributions ranging from naturalistic accounts to etymological proposals such as those of Sampaio (1901) and Tibiriçá (1997). The methodology follows the historical-etymological analysis of the term by means of historical documents and chorographic and linguistic dictionaries. The results indicate the two propositions for the etymology of the name are acceptable, but not sufficiently conclusive for a definitive statement of its origin. However, there is no doubt of a historical anthroponomic/toponymic denominational cause in the naming of this state of the Brazilian federation, as well as a motivation of a physical nature for the lexia Maranhão, 'the sea' or 'the great rivers' navigated.*

Keywords: Onomastics; Toponymy; Etymology; Historical Linguistics; Lexia Maranhão.

Introdução

Este estudo inscreve-se numa pesquisa mais vasta, a dos atlas toponímicos, que têm como função uma representação do léxico toponímico a partir de uma base oficial de dados, a exemplo, a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. É o léxico em função toponímica, no seu conjunto, o objeto de investigação para os atlas, e a base teórica para essas investigações conta principalmente com os contributos de Dick (1990; 1992).

Léxico toponímico é um conjunto de termos acionados no vocabulário comum da língua, nomes próprios de pessoas, de crenças, de entidades e objetos diversos, para exercerem a função de topônimo (ISQUERDO, 2012). Esses termos conservam seus elementos constitutivos e seu significado (que pode se esvaziar) enquanto signos da língua, independente de seus usos, por inserirem-se no sistema toponomástico; adquirem autonomia, estabilizam-se e se mantêm como formas testemunhas de tempos passados, preservando esses efeitos, não apenas de traços linguísticos, mas de inter-relações entre o nome e aspectos culturais que identificam os denominadores; são, pois, indícios da história na língua (CARVALHINHOS, 2011; ISQUERDO, 2012). Desse modo, "De caráter transdisciplinar, a toponímia deixa transparecer não apenas um corpo teórico dos signos (seja qual for a corrente linguística

aplicada a seu estudo), mas ainda várias outras possibilidades de abordagens teóricas, a partir de variadas disciplinas científicas” (CARVALHINHOS, 2011, p. 302).

Dessa forma, faz-se um recorte das pesquisas em Castro (2012), bem como das realizadas no âmbito do Atlas Toponímico do Estado do Maranhão – ATEMA, em que se busca analisar o topônimo *Maranhão*, registrado em documentos antigos, desde o período colonial do Brasil, para designar cursos d’água de grande fluxo. As fontes documentais como relatos de viagem, livros de história e documentos históricos, os quais são seminais para os estudos linguístico-etimológicas, provenientes de dicionários corográficos e etimológicos, fornecem as atestações linguístico-históricas sobre esse topônimo. Dentre essas fontes, contribuem com este estudo o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (2007) e o *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi* (1999) de Antônio Geraldo da Cunha; *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* de Houaiss e Vilar (2001-2007); *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi*, de Luiz Caldas Tibiriçá (1997) e *Dicionário Onomástico* de José Pedro Machado, bem como *O Tupi na Geografia Nacional*, de Theodoro Sampaio (1901), *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, de César Augusto Marques e *Etimologia*, de Mário Eduardo Viaro, entre outras constantes nas referências.

Os mapas históricos, nas figuras 1, 2 e 3, ilustram alguns dados sobre o processo de formação do Estado e as figuras 4 e 5 demonstram a cartografia dos rios atuais que já receberam o nome de *Maranhão* bem como os topônimos de municípios com o termo “do Maranhão”, respectivamente.

O objetivo do estudo é revisitar a história interna e externa que envolve o topônimo *Maranhão* e seus derivados na toponímia maranhense para tecer afirmações sobre sua origem embasadas em documentos históricos e linguísticos.

1 Aspectos teóricos

Um nome com função de denominar um determinado espaço geográfico, portanto, como signo toponímico, é o propósito deste estudo. A toponímia (gr. *toponýmia*), segundo Dick (1992, p. 16), consiste de “um imenso complexo

língua-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”, que se insere num campo maior de estudo dos nomes próprios, a Onomástica (gr. *onomastikon/onomástika*). Salazar-Quijada (1985, p. 18) a define como “*rama de la Onomástica que se ocupa del estudio integral, en el espacio y en el tiempo, de los aspectos geo-históricos, socio-económicos y antro-po-linguísticos, que permitieron y permiten que un nombre de lugar se origine y subsista*” (Grifo do autor). Objeto desse ramo de investigação, o topônimo é um signo linguístico que representa aspectos culturais de natureza física e antropológica para simbolizar um espaço geográfico particular ao ser atribuído por meio do processo denominador a um acidente físico-geográfico (rio, serra, montanha, lagoa etc.) ou humano (região, cidade, vila, povoação, logradouro público etc.) (DICK, 1992; FONSECA, 1997). Ou ainda “Es la designación formada por una o más palabras que identifican a aspectos particulares del relieve de la tierra y del universo, que están sometidas a las leyes de la fonética y a las transformaciones que la cultura impone” (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 15).

Fonseca (1997) apresenta os nomes geográficos como referências para uma localização espacial de forma que denominam e identificam entidades geográficas e servem como pontos referenciais para circulação nos logradouros; eles são parte da história de um grupo, sendo necessários na descrição dos fatos que ocorrem nos lugares; dizem muito a respeito das línguas, da história, de seus povoamentos, da inter-relação dos habitantes com a natureza e da importância desta para o homem, bem como sua transformação por ele; desse modo, os topônimos são testemunhos e fontes da história social, por vezes sendo os únicos indícios para esclarecer fatos vivenciados, visto que sobrevivem mais do que as próprias línguas das quais se originaram. Salazar-Quijada (1985, p. 15) enfatiza que a toponímia é uma disciplina do presente, porém suas bases estão ajustadas ao passado - que é fundamental para se entender e projetar o presente - e ressalta a importância de se conhecer seu conteúdo: “ya que la toponimia es una disciplina histórica y para la historia” com uma perspectiva humana que integra uma visão geográfica, antropológica e linguística. Este autor lembra que os topônimos são dados históricos que tornam possível reconstruir a cultura de um povo: sua

economia, migração, vida social e espiritual e aspectos linguísticos dos habitantes do lugar.

Os topônimos tornam-se fenômenos linguísticos ao serem acionados no conjunto léxico e aplicados a uma entidade geográfica dando-lhe uma identidade única. A análise de uma lexia transformada em signo toponímico deve ocorrer, propõe Dick (1992), a partir de sua caracterização interna, filiação linguística e etimologia; e externa ou semântica, a partir da motivação da atribuição do nome. Interessa discutir o topônimo quanto ao aspecto linguístico, cujo viés se ancora na origem e na etimologia do termo, se topônimo indígena ou não indígena; e sob o aspecto da entidade geográfica que nomeia, trazendo a lume um breve relato sobre a colonização e os rios, conforme segue.

2 A colonização, os rios e um nome

A colonização do Maranhão deu-se em diversas fases. Em 1500, com a chegada dos portugueses ao Brasil, aos poucos foi concretizado um povoamento que teve início na região litorânea. O Maranhão foi doado como capitania a João de Barros, autor da segunda *Gramática da Língua Portuguesa*, em 1540, o qual providenciou uma frota com Aires da Cunha para se apropriarem dessa capitania. Porém naufragaram no Boqueirão³, em 1535, sobrevivendo alguns portugueses, que passaram a residir na ilha das Vacas ou de Nossa Senhora de Nazaré, atual São Luís. Os sobreviventes teriam se embrenhado nas matas, entre os rios Munim e Itapecuru-Mirim, constituindo os povos indígenas conhecidos como *Barbados*. Luiz de Melo e Silva, em 1549, também tentou chegar ao Maranhão, mas naufragou na Coroa de Atins⁴. Luiz de Melo tentou uma segunda vez chegar a sua capitania, em 1573, na nau S. Francisco, mas esta desapareceu por completo.

Por conseguinte, o Maranhão caiu no ostracismo até início do séc. XVII. Foi quando ocorreu a invasão desse território pelos franceses, no período de 1612 a 1615, e a região passou a ser denominada *França Equinocial*. Sabe-se

³ Canal no Golfão Maranhense que separa a Ilha Upaon Açu - também conhecida como Ilha do Maranhão, onde se situa a ilha de São Luís - da ilha do Medo.

⁴ Segundo Marques (2008 [1870], p. 160) "É a ponta de terra que forma o extremo do nordeste da baía de Cumã, e fica a noroeste do morro de Itacolomi [...]. Atualmente, Atins é um atraente vilarejo que se situa na foz do rio Preguiças com o Oceano Atlântica, cercado de praias, dunas e lagoas de água doce, inserido no complexo turístico dos Lençóis Maranhenses.

que em 1594 já estivera no Maranhão Jacques Rifault. A 3 de novembro de 1615, os portugueses expulsaram os franceses e este estado passou à condição de Capitania do Maranhão (1616-1622). Jerônimo de Albuquerque, em homenagem à terra que conquistou, acrescentou a seu nome a alcunha *Maranhão*.

Na administração central do Brasil, a Bahia era a sede do Governo Geral, sendo criado o Estado Colonial do Maranhão por Carta Régia de 13 de junho de 1621, mas somente instalado em 3 de setembro de 1626, ligado diretamente a Portugal, tendo como sede a vila de São Luís. Esse território compreendia os atuais estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Amazonas, Amapá e Roraima.

O Maranhão foi invadido pelos holandeses, em 1641, e sob o comando destes permaneceu até 1644.

Figura 1: São Luís do Maranhão em gravura de Frans Post. Água-forte sobre papel (32,5 x 50 cm), 1647.



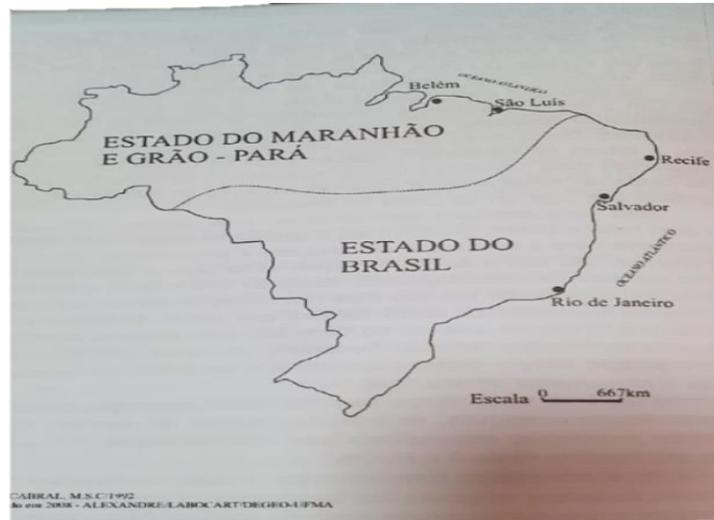
Fonte: Domínio público, Biblioteca Nacional de Portugal.

Como Estado Colonial, o Maranhão torna-se independente do Estado do Brasil e “Desse modo, foi criado, em 1621, com sede na cidade de São Luís, o Estado do Maranhão, desmembrado do Estado do Brasil e compreendendo duas Capitânicas Gerais, Maranhão e Grão-Pará, além de outras capitânicas subalternas” (CABRAL, 1992, p. 82). Muitas reformas administrativas ocorreram, de forma que em 1652 foi extinto o Estado Colonial do Maranhão.

No mapa histórico relativo ao território político do século XVII, Figura 2, duas áreas destacam-se: uma a nordeste e outra a noroeste. A primeira consiste no Estado do Brasil, área original das línguas Tupi-Guarani; a segunda

é a área do antigo Estado do Maranhão, território de línguas Tupi e Macro-Gê. A área restante é principalmente de colonização linguística Macro-Gê e de outros troncos linguísticos.

Figura 2: Estado do *Maranhão* e Estado do Brasil no séc. XVII.



Fonte: Cabral. M. S. C. (1992, p. 64).

Nesse território de línguas Tupi e Macro-Gê, em 1654 foi instituído o Estado do Maranhão e Grão-Pará, reestruturado, em 1751, como Estado do Grão-Pará e Maranhão na reforma administrativa implantada pelo Marquês de Pombal, que abrangia o território atual dos estados do Maranhão, Amapá, Amazonas, Pará, Piauí e Roraima. A colonização fortalecia-se de forma centralizadora com a metrópole e, paralelamente às questões político-territoriais deste Estado, a reforma pombalina impactou nas línguas naturais de comunicação com a imposição e oficialização do português, favorecida com o avanço do povoamento e a fundação das cidades. Nesse sentido, Cardeira (2006, p. 87) lembra que “No processo de expansão da língua portuguesa, devemos distinguir duas situações: a afirmação do Português, sobrepondo-se às línguas autóctones, e a constituição de crioulos de base portuguesa”. Ocorreu, pois, uma expansão no Estado do Grão-Pará e Maranhão com a sobreposição da língua europeia.

Em 1772, foi criado o Estado do Maranhão e Piauí subordinado ao Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Com as reformas pombalinas, extingue-se o antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará e criou-se o do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém, compreendendo quatro capitanias: Maranhão, Grão-Pará, São José do Rio Negro e São José do Piauí. O novo

Estado do Grão-Pará e Maranhão perdurou até 1772, quando foram estabelecidos dois estados autônomos entre si: o Estado do Maranhão e Piauí e o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (CABRAL, 1992, p. 87).

O Estado do Maranhão e Piauí, estabelecido em 1772, manteve-se com esse estatuto até a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, quando finalmente passou a vincular-se ao Rio de Janeiro, sede do Império do Brasil, agora prestando obediência à Coroa, em vez de subsumir-se à capital portuguesa a que tanto se integrara politicamente. As mudanças de estatuto político-histórico deste Estado ocasionaram mudanças também na sua denominação. Em 1811 foi novamente criado o Estado Colonial do Maranhão, que durou até 1822, data da Proclamação da Independência Nacional. Entretanto, o Maranhão só aderiu à Independência, tornando-se uma província do Brasil, em 28 de julho de 1823. Durante o período colonial, com os povoamentos, os rios exerciam a função primordial de canais de comunicação.

Figura 3: Mapa de João Teixeira Albernaz, 1632, com a descrição dos rios da costa do Maranhão e Grão-Pará, incluindo a Ilha de Marajó.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Domínio Público.

Dos rios os indígenas e não indígenas dependiam e por eles navegavam os europeus e ou seus descendentes para abrirem caminhos por terra e avançarem pelos sertões. Eles tinham importância vital, o que os levava necessariamente a serem (re)denominados para que os colonizadores pudessem situar-se em meio a seus deslocamentos.

A documentação histórica dos relatos de viajantes naturalistas e os relatos históricos permitem a identificação da lexia MARANHÃO em formas mais remotas, as quais designaram diversos rios, fosse no limite do atual estado ou fora dele, e o que era visto nessas proximidades muitas vezes era

confundido com o rio que as banhava. Essas denominações eram historicamente fundantes no processo de colonização e consistiam tanto na inter-relação natural homem, meio ambiente e linguagem, para os povos indígenas, como em uma estratégia de conquista em um meio desconhecido, para os colonizadores.

2.1 O nome *Maranhão* em relatos históricos

No Maranhão, os rios Itapecuru, Gurupi, Maracu, Mearim, Munim e Tocantins foram conhecidos pelo nome *Maranhão* no início do período colonial, além do rio Amazonas. Xavier Fernandes (*apud* NASCENTES, 1952) informa que haveria em S. Paulo um rio com esse mesmo nome. O rio Itapecuru, pela importância que representava economicamente como meio de navegação, teve seu nome citado em diversos relatos de viajantes e livros históricos, os quais fizeram referência ao grande rio eminentemente maranhense com diversas grafias: *Tapituçu*, *Tapiruçu*, *Tabucury*, *Taboucourou*, *Itapecuru*, *Tapocuru*, *Tapucuru*, *Itapocuru*, *Itapucuru*, *Itapicuru*. Os nomes dos rios *Munim* e *Itapecuru* confundiam-se com o do rio que dera origem ao nome da Província, fato observado por Moreno (2001 [1614], p. 62): “Além disto, que determinava de se passar dali ao Muni, rio quatro léguas avante daquele posto, junto donde desemboca o Tapucuru, chamado Maranhão, de que tudo ali toma nome, porque lhe diziam os índios que lá havia melhores terras e águas para engenhos”. Berredo também identificou a atribuição indevida de *Maranhão* ao rio Itapecuru, em seus Anais: “No rio Munim, junto da boca do Itapicuru, chamado também este o prodigioso Maranhão, nas erradas notícias de várias tradições” (BERREDO, 1988 [1749], p. 80).

Casal, na *Corografia Brasílica*, fala do rio Mearim com essa denominação: “Esta província, que tomou o nome do rio *Meary*, denominado *Maranhão* pelos primeiros observadores destas praias, confina ao norte com o mar Oceano” (CASAL, 1947 [1817], p. 257). Como se pode notar, os nomes dos rios e riachos são atribuídos com frequência às terras, passagens, paragens, fazendas, sítios, povoados, vilas, cidades e ao estado. Desse processo linguístico-cognitivo resultou a atribuição de *Maranhão* a um território cujos limites eram bem mais extensos do que atualmente, nos séculos XVI a

XIX. Nesse território estava incluído o antigo rio *Maranhão*, hoje conhecido como rio *Amazonas*.

O francês André Thevet em *As singularidades da França Antártica* (1978 [1556], p. 199-200) cita o rio Tocantins pelo nome *Marinhão*. Aliás, um de seus afluentes atualmente ainda recebe essa denominação.

O Pe. Manoel Rodríguez (1990 [1639, p. 70-77]) e Berredo (1988 [1749]) afirmam que o rio Maranhão também fora denominado pelos nomes *Mar Doce*, *Orelhana*, *Amazonas* e *Grão-Pará*. Aquele padre apresenta duas versões (1990 [1639, p. 70-77]) sobre a origem do topônimo *Maranhão*. Na primeira versão, atribui-o aos motins ou *maranhas* de Lopo de Aguirre contra o capitão Pedro de Orsúa, no ano de 1560, ao navegarem o rio Amazonas, cheio de voltas e afluentes, na tentativa de conquistas e descobertas de minerais, em “a vista de ellos y de los enredos y marañãs que pasaron, andando por aquel río y sus bueltas, le llamaron río de Marañas y, por significarlas grandes, pasó a llamarse Marañón” (RODRÍGUEZ, 1990 [1639, p. 72]). Essa versão, cujo significado de *maranha* era ‘intriga, mentira, trama’, foi contestada por Berredo (1988 [1749], p. 29), em virtude da inconsistência de datas, posto que o historiador Antônio Galvão registrara esse nome para o mesmo rio, no ano de 1499⁵.

Rodríguez (1990 [1639], p. 76) informa ainda sobre esse rio, que sai de Cuzco, e foi navegado pelo português Pedro Teixeira, “También los mapas más exactos ponen ‘Río Marañón’ [...] de el cual consta que, juntándose con otro de igual grandeza y después con otros menores, le han navegado muchos españoles, los que pusieron los nombres de Orellana, Amazonas y Marañón”. Noutra versão sobre o topônimo *Maranhão*, esse mesmo autor afirma:

Los engolfados en la voca del Marañõn, dudando si era o no mar aquel golfo, gustaron sus aguas y se preguntava cada uno a sí mesmo: “*Sunt mara, o Maria*”? “Son aguas de mar?”. Y sin duda se responderían: “*Non, no sino aguas dulces*”; y de allí, quizá con el ápice añadido de una tilde, se originó el nombre Marañón o *Mara-Non* (RODRÍGUEZ, 1990 [1639], p. 243).

Seria, portanto, a admiração dos navegantes ao saírem do mar e entrarem na boca do rio Maranhão (Amazonas), o que teria motivado a

⁵ Data atestada por Berredo (1988 [1749]) de que o rio já possuía esse nome.

denominação? Angele Durán, que edita a obra do Pe. Manuel Rodríguez, afirma, na nota 21, que Rodríguez escreve sobre essa etimologia de forma lógica e atrativa; que o Pe. Agustín de Zárate, em *Historia del Perú*, livro 4, cap. 4, atribui o topônimo ao nome de um capitão espanhol; e que J. Juan e A. de Ulloa em *Relación Histórica del viaje a la América Meridional* (1748, p. 511) questionam as afirmações anteriores e atribuem a denominação toponímica a um indigenismo. Finaliza a nota informando que o Pe. Maroni não duvida da origem desse topônimo como sendo oriunda de seu primeiro descobridor, o Capitão Marañón.

Quem teria sido o suposto capitão espanhol descobridor cujo sobrenome é *Maranhão* que não aparece nos registros e sequer há indícios precisos?

Convém notar, outrossim, que o Pe. João Felipe Bettendorff (2008 [1910], p. 39) afirma: “porém, há contra isso que a ilha do Maranhão antes que se descobrisse sempre chamou dos naturais Maranhão, como afirma Cláudio d’Abbeville, primeiro missionário dela”.

Apoiando-se na leitura do *Bullarium Equestris Odinis S. Jacobi de Espata*, de 1719, Berredo (1988) propõe uma tese de denominação pelo mito fundador – pelas conquistas realizadas entre os séculos XVI e XVII – em que a etimologia do topônimo *Maranhão* seria oriunda de apelido já existente na Espanha desde 1206:

Porém lendo eu o catálogo dos mestres da ordem de Santiago, logo no princípio do bulário dela acho, que foi o sexto D. Fernando Gonçales de Marañón, que sendo eleito em maio de 1206, morreu em dezembro de 1210; e se muitos mais de trezentos anos, antes da expedição de Vicente Yañes Pinzón, havia já este nobre apelido nos domínios de Espanha, fundamentalmente me persuado, a que o tomou este famoso rio do seu primeiro descobridor⁶ pela parte da terra do reino do Peru, por ser o que usava, como escreve o Capitão Simão Estácio da Silveira, na *Relação Sumária* que imprimiu em Lisboa no ano de 1624; e com mais exatas indagações Frei Cristóvão de Lisboa, bispo-eleito do Congo, e de Angola, na sua história manuscrita do Maranhão, e Pará, que intitula *Natural, e Moral* (BERREDO, 1988 [1749], p. 29).

Quanto ao nome do estado, Berredo (1988) o atribui a uma extensão da denominação do rio que era conhecido, à época do naufrágio de Aires da Cunha, com o nome de rio *Maranhão* (rio Amazonas). O naufrágio ocorreu na

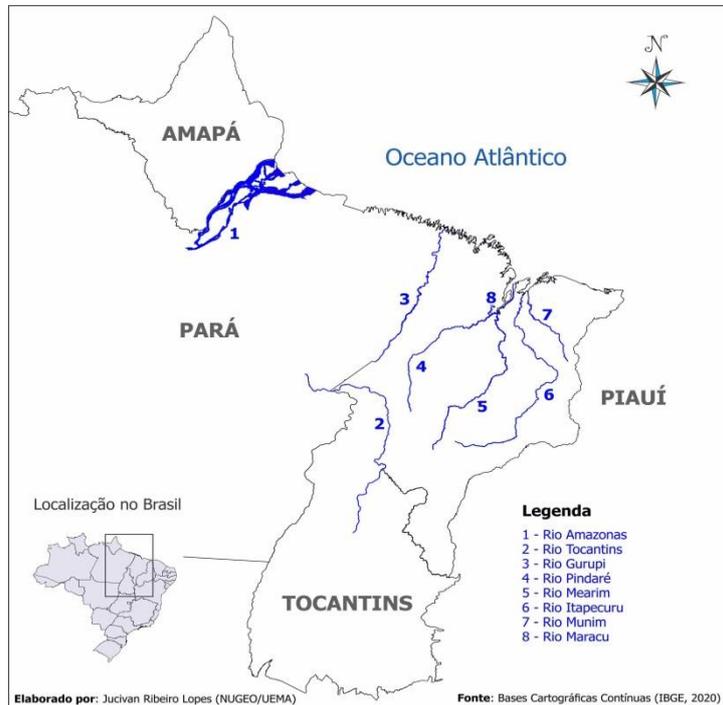
⁶ Vicente Yañes Pinzón (e seu irmão Ayres Pizón), na descoberta do rio Amazonas.

costa do Maranhão (que ainda não tinha esse nome), no Boqueirão, em 1535, e não no rio Amazonas, como foi noticiado de forma equivocada. A ilha passou então, a partir dessa notícia, a ser conhecida como *Ilha do Maranhão* e, por extensão, também o estado em que se situa a ilha.

Os relatos dão conta da confusão causada com o topônimo *Maranhão*, conforme apontado por Berredo (1988 [1749]), no início do processo de povoamento do Estado. Na *Relação Sumária das Cousas do Maranhão*, do capitão da ilha dos Açores, Simão Estácio da Silveira, oficial que foi destinado para ajudar no processo de povoamento deste Estado, consta que “Tomou este nome de Maranhão do capitão que descobriu seu nascimento no Peru” (SILVEIRA, S., 1979 [1624], p. 21). Sobre essa afirmação, o historiador Cândido Mendes, nas notas desse mesmo livro, afirma: “redação incorreta, faltando muitas palavras para explicar o pensamento do autor, que referia-se ao Rio Maranhão, que deu nome ao país, tendo recebido o seu do capitão que descobriu o Peru” (*apud* SILVEIRA, S., 1979 [1624], p. 59).

Gaspar Barléu (Gaspar van Baerle) acrescenta a informação de o nome da atual capital deste estado também ter sido ilha do *Maranhão*. Não fala acerca do nome francófono *São Luís* atribuído à ilha em homenagem ao rei da França, ao contrário, assim como os portugueses, aponta o nome oriundo do rio conhecido pela mesma denominação: “Sei apenas que as descrições e diários dos holandeses conferem o mesmo nome Maranhão tanto ao rio como à ilha. Julgo cousa de leve importância o terem errado os nomes das terras e dos rios [...]” (BARLÉU, 1974 [1647], p. 233). Por sua vez, Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Caramuru (1906 [1872-1874]), no início do séc. XX, na *História Geral do Brasil*, confirma a confusão causada por este nome, quando reitera a existência de dois rios diferentes, o Maranhão e o Amazonas, informando que o próprio Pinzon, descobridor do atual Amazonas, não duvidou em assegurar a Oviedo haver ele sido o descobridor do rio Maranhão, e que Orellana também acreditara ser o rio Maranhão onde navegara.

Figura 4: Rios maranhenses confundidos com o rio Maranhão, atual rio Amazonas.



Fonte: Jucivan Ribeiro Lopes (NUGEO-UEMA).

Ainda acerca da polêmica sobre a denominação dos rios com o topônimo *Maranhão*, Varnhagen (1906 [1872-1874]) traz uma nota esclarecedora que reforça a tese do poder representado linguisticamente nos adjuntos genitivos toponímicos de posse:

Os escritores fornecem acerca da synonymia dos nomes *Maranhão* e *Meary* que Teixeira [11,194] e Casal [II, 257] suppoem designarem o mesmo rio, argumentos pró e contra. O A. da *Rasão do Estado* de que publicamos a descrição na observação [D], diferença-os chamando *Meary* braço de Leste e *Tapocurú* ou *Maranhão* ao do Oeste: Souza Ferreira no *Noticiario Maranhense*, [pag. 2. e 3.] e na *America Abbreviada*, MSS., [cap. 3.] também, afirma que quatro rios entrando o *Meary* e *Pinaré* vem desaguar na Bahia do Maranhão. - O Padre José de Moraes na *Historia da Companhia de Jesus na Provincia do Maranhão e Pará* MS. Original de 1759 (a pag. 14 e 692), e igualmente o mesmo Souza Ferreira (pag. 40) dizem que ao Amazonas chamaram também Rio Maranhão - deste labyrintho só nos podemos sair bem com a opinião do Snr. Doutor Rivara, que distingue *Rio Maranhão* de *Rio do Maranhão*, devendo o 1. Nome representar o Amazonas; e o 2. A como enseada, que desemboca no mar as águas do *Meary*, *Pinaré*, *Moni* etc. (VARNHAGEN, 1906 [1872-1874], p. 101).

Em muitos desses momentos históricos, a noção de naturalidade e de pertencimento foi acionada pelos hidrotopônimos de rios maranhenses, entre

eles, quando os rios Itapecuru e Mearim foram chamados de *Maranhão*. Certo é que a lexia MARANHÃO trouxe muitas confusões para o conjunto dos nomes de vários rios do Estado, o que mostra quão forte é o papel do elemento “água” no onomástico, bem como o fato de a toponímia ser uma tentativa de representação do mundo físico e dos eventos que nele ocorrem. Essa discussão revela, ainda, desde os primeiros relatos de viagem sobre o Maranhão, o espírito de “maranhensidade” por necessidade de identificação de um território e para ressaltar a propriedade desses espaços.

O *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, de autoria de César Marques (1826-1900), na 3ª edição revista e ampliada por Jomar Moraes (2008), apresenta várias versões sobre a origem de *Maranhão*, dentre elas uma atribuída ao imaginário indígena, que metaforiza o fenômeno natural da “pororoca” com a briga das águas. Essa mesma versão foi defendida pela historiadora do sul do Maranhão, Carlota Carvalho, que afirma:

Mará nhon - *Mara*, briga; *nhon*, gênio oceânico, gênio saído do mar, entidade terrível. Foi essa definição, ouvida por Vicente Pizón e seus companheiros, aplicada na denominação do rio em cuja foz viam o fenômeno em janeiro de 1500. Levada essa denominação à Europa, ela apareceu em livro pela primeira vez em 1504, obra de Antônio Galvão, o “Descobrimento do Mundo”, e figurou nomeando o rio, hoje chamado Amazonas no mapa de Gaspar Viegas, impresso em novembro de 1534 e existente na Biblioteca Pública de Paris. Em 1526 a denominação era conhecida em Portugal. Em 1532 o rei João III, atendendo os conselhos do ilustre Diogo de Gouveia, do oficial de marinha Cristovam Jacques e de seu ministro e conde de Castanheira, dividiu o Brasil em capitânicas hereditárias e a mais setentrional - do Ceará ao Oiapoque - partida ao meio pelo grande rio, foi designada Maranhão (CARVALHO, 2000 [1924], p. 229).

O uso recorrente desse termo pode refletir a necessidade de os colonizados recorrerem à lexia MARANHÃO para reafirmarem uma identidade e uma ideia de pertencimento não mais francesa e não mais portuguesa, mas a uma nacionalidade própria. A variação dessa identidade pode ser observada nas notas de Ferdinand Dinis, de 1874, no livro de D’Evreux: “A catedral de São Luís ou do Maranhão (assim com esses dois nomes se designa a cidade) deixou a invocação de São Luís de França” (D’EVREUX, 2002 [1614], p. 386) e, de forma mais geral, no quadro que segue.

Quadro 1: Síntese das propostas em relatos históricos para a origem do topônimo Maranhão

AUTOR	ÉTIMO	FONTE	POSICIONAMENTO
Antonio Vieira	Tupi	<i>Sermões</i> (1679, apud Nascentes 1952, p. 190).	“[...] os naturais lhe chamam Pará, e os portugueses Maranhão, que tudo quer dizer mar e mar grande”.
Pe. Manuel Rodriguez	Espanhol	<i>El descubrimiento del Marañón</i> (1990 [1639, p. 72-73]).	“[...] entre islas y montes que le descaminan y por sus braços, saltos y despeños, llamándole marañón de aguas, enredo y laberinto confuso de corrientes”.
Simão Estácio da Silveira	Espanhol	<i>Relação Sumária das Cousas do Maranhão</i> (1979 [1624], p. 21).	“Maroñon, apelido nos domínios de Espanha”.
Fr. Cristovão de Lisboa	Espanhol	<i>História Moral e Natural</i> (apud NASCENTES 1952, p. 190).	“Maroñon, apelido nos domínios de Espanha”.
Bernardo Pereira de Berredo	Espanhol	<i>Anais Históricos do Estado do Maranhão</i> (1988 [1749], p. 29)	<p>“[...] havia já este nobre apelido nos domínios de Espanha, fundamentalmente me persuado, a que o tomou este famoso rio do seu primeiro descobridor”.</p> <p>“Lendo eu o catálogo dos mestres da Ordem de Santiago, logo no princípio do bulário dela, acho que foi o sexto D. Gonçalo de Maronón, que sendo eleito em maio de 1206, morreu em novembro de 1210; e se muito de trezentos anos antes da expedição de Vicente Yanes Pizon havia já este nobre apelido nos domínios de Espanha, fundamentalmente me persuado, a que tomou este famoso rio do seu primeiro descobridor pela parte da terra do Peru, por ser o de que usava, como escreve o Capitão Simão Estácio da Silveira [...]. O que suposto, esta devemos crer, que é a verdadeira etimologia do rio Maranhão; quando a primeira, que lhe dá o jesuíta Manuel Rodrigues se convence de menos atendível; e na segunda se não encontra mais autoridade, que a das Reflexões deste religioso”.</p>
Jaboatão	Tupi	<i>Novo Orbe</i> (vol. I,	“Deste Miary, dizemos nós, como já o

		estância XIV) (apud NASCENTES (1952, p. 190)	disserão outros, se derivou o nome Maranhão, com que se denomina todo aquele Estado... o que himos a dizer he, que Maranhão, prolongado assim em o nosso idioma Portuguez, he o mesmo, que, com pronuncia mais suave, chamava o gentil miary”.
Aires do Casal	Tupi	Corografia Brasílica Casal, (1945 [1817], p. 257).	“[...] tomou o nome do rio <i>Meary</i> , denominado <i>Maranhão</i> ”.
Morales de los Ríos	Tupi	In Xavier Fernandes apud (1941, p. 49 apud NASCENTES (1952, p. 191)	“O tupi-guarani <i>Mair-Anhanga</i> , alma ou espírito de Mair, sendo <i>Mair</i> , segundo uma tradição andina, certo santo homem”.
I Xavier Fernandes	Português	<i>Topônimos e gentílicos</i> , 2 tomos, Lisboa, (1941, p. 49 apud NASCENTES 1952, p. 190).	“[...] partindo do topônimo <i>Maranha</i> , existente no Minho, julga aceitável a interpretação “grande matagal”, e, partindo de <i>Maranhão</i> , nome de antiga aldeia alentejana do conselho de Avis, julga também topônimo português aproveitado no Brasil”.
Lorenço Rodrigues Ferreira	Tupi	In João Ribeiro <i>A língua nacional</i> (1921, p. 211 apud Nascentes (1952, p. 191).	“[...] <i>maraió</i> (Marajó) nasalizando-se em Marayão, depois <i>maranhão</i> ”.
João Tavares	Tupi	por J. Heliodoro da Cunha Rivara (<i>Panorama</i> , 19-?), In João Ribeiro, <i>A língua nacional</i> (1921, p. 211 apud NASCENTES 1952, p. 191).	“Pelo quê, digo que a palavra Maranhay se compõe de dois verbos e de um substantivo. Os verbos são <i>maramonhangá</i> , que significa ‘brigar’; e <i>anham</i> , que significa ‘correr’; e o substantivo é a palavra ou letra, que significa ‘água’, e anda tirada da palavra <i>Maranhy</i> por corrupção da palavra: assim como estão infinitos nomes da língua brasílica corruptos pela pronúncia dos portugueses... Deram os naturais este principal nome a esta terra do que nela mais principalmente avultava, que são as pororocas, cujo aspecto é uma briga das águas correndo. Tudo isto diz a palavra <i>Maranhay</i> , água que corre brigando.”
João Felipe	Tupi	<i>Crônica dos Padres da Companhia de</i>	“[...] a ilha do Maranhão antes que se descobrisse, sempre se chamou dos naturais Maranhão, como afirma

Bettendorff		<i>Jesus no Estado do Maranhão</i> (2008 [1627-1698], p. 39).	Cláudio d'Abbeville, primeiro missionário dela”.
-------------	--	---	--

Fonte: as autoras

Em suma, desses relatos depreendem-se três posicionamentos em relação ao topônimo *Maranhão*: uma origem portuguesa, fundamentada na existência, em Portugal, de topônimos idênticos; uma origem espanhola (um apelido de um ‘descobridor’ espanhol); e uma origem indígena, com diferentes propostas (*Meary*, *Mair-Anhanga*, *Maraió* se nasalizando em *Marayão*, *Maranhay* dos verbos *maramonhangá* e *anham*).

Não há afinidade entre as línguas indo-europeias, o português e o espanhol, e a língua Tupi, fato linguístico que descarta qualquer possibilidade de uma origem comum.

3 Maranhão: propostas de etimologia

Leite de Vasconcelos (1928, p. 166; 170) integra o antropônimo *Maranhão* (e o derivado *Maranhóa*) na lista dos apelidos de origem geográfica e étnica, assinalando a existência, na Espanha, de *Marañon*, já no s. XIII, e *Maraña*. É também, segundo Leite de Vasconcelos (1928), topônimo português (por exemplo, *Maranhas*, no Minho). O antropônimo *Maranhão* teria origem no topônimo e este no vocabulário comum, em *maranha* ou *maraña* (de que deriva o atual *emaranhar*), vocábulo de origem controversa, provavelmente pré-romana, com o significado de ‘fios embaraçados, mistura, confusão, intriga’. O vocábulo está atestado em português desde o séc. XIV (HOUAISS; VILAR 2001- 2007). A presença desses lexemas no vocabulário comum, bem como no onomástico ibérico, fundamenta a convicção de Leite de Vasconcelos de que *Maranhão* teria vindo da Ibéria para o Brasil.

De fato, tanto Costa (1929), no *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, como Machado (2003), no *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, referem os topônimos *Maranhão*, *Maranha*, *Maranhas* e *Maranhóa* em várias regiões de Portugal (na freguesia de São Domingos, concelho de Aviz; nos concelhos de Évora, de Fafe e de Guimarães; no

concelho de Vila Verde; no concelho de Pedrogão Grande)⁷. Também há uma pequena localidade de nome *Maranhão*, nos Açores. Essa última denominação deve-se aos contatos que se deram com a tentativa de povoamento do estado do Maranhão e Grão-Pará e, posteriormente, do Grão-Pará e Maranhão, para evitar o domínio estrangeiro.

Os estudos de Sampaio (1955 [1901]) e de Tibiriçá (1997), voltados para as línguas indígenas, e de caráter mais linguístico que histórico, apresentam uma hipótese diferente. Sampaio (1955 [1901], p. 246) afirma: “*maranã*, corr. *mbará-nã*, semelhante ao mar, rio caudaloso. Alteração *Paranã*”; e para *Maranhão* “corr. *mbará-nhã*, o mar corrente; o grande caudal que simula o mar correr. Alteração *Maranã*, *Paranã*. V. *Mbará*”. Esse autor (1955 [1901], p. 247) dá conta de três variações para *mbará*: “o mesmo que *pará*; o mar, o rio caudaloso. Alteração *Mará*, *Bará*, *Pará*”. Essa unidade lexical seria, portanto, indígena, proveniente de *mbará*, o mesmo que *pará*. Sampaio (1955 [1901]) lembra que, quando o Tupi perde espaço para o português até mesmo para os moradores do campo, deixou alterações fônicas de caráter da assimilação existentes desde épocas remotas como as alterações das consoantes duplas *mb*, *nb*, *nt*, ou se desdobrando, ou tornando-se consoantes simples como *boy* ou *moy*, por *mboy*, *baé* ou *maé*, por *mbaé*, que ocorrem na língua geral do Norte, o Nheengatú, um desdobramento do Tupi. Esse autor analisa *Maranã* como oriundo de *mbará-nã*; que o som nasal final *-an* ou *-on* tornou-se *-ão* em português, como em *Maranhão*, por *Maranan* ou *Maranã*; e o som final *-ã* ou *-an* em *-á* agudo: *Paraná* por *Paranã*, *porá* por *porã*. A semelhança na articulação (indistinta) e a ação dialetal é um fenômeno de alternância das labiais /f/, /b/ e /m/ que é bastante regular, como exemplifica esse autor em *boy* e *moy*; *berú* e *merú*; *burity* e *murity*; assim como a interinfluência entre dialetos, exemplificada em *bibiri* por *pipiri*; *boboc* por *popoc*; *maranã* por *paranã* (no Tupi ‘mar’, conforme Edelweiss (apud SAMPAIO, 1955 [1901], p. 109, nota 153). Essa alternância justifica a análise que considera *pará* (o ‘rio caudaloso’ no Tupi, conforme Edelweiss (apud SAMPAIO, 1955 [1901], p. 109, nota 153) e *mará* alterações de um só étimo.

⁷ *Marantina* deve vir de *Amarante*, outro topônimo

Por sua vez, Tibiriçá (1997, 84) apresenta *Maranhão* como étimo oriundo “do Nheengatu *mara-nhã*, corredeira, correnteza; derivado do Tupi *mbarã-nhana*, *pará-nhana*, rio que corre”. Observa-se que em *Mbará-nhã* > *Maranhã* > *Maranhão* ocorre o realce da nasalização, com a nasal bilabial sonora /m/ sobrepondo-se à oclusiva bilabial sonora /p/. A alternância fonética no ponto de articulação ocorre com esse étimo como em *Maraná/Paraná*, ou seja, *Mará/Bará/Pará*, envolvendo as oclusivas bilabiais /p/, /b/ e a nasal bilabial /m/. Outras ocorrências com essas consoantes também já foram demonstradas, como *janipaba/janipapo*, *macaba/bacaba*. Esse mesmo fenômeno recorre com o nome da aldeia de *Maracu*: *mbará-cu* > *pará-cu* > *Maracu* e com *mbĩrĩ'tĩ* > *buriti/miriti*, *mbiá-r-y* > *Mearim*.

Outro fenômeno fonético que pode reforçar a hipótese da origem indígena do topônimo *Maranhão* é o fato de ocorrer a alternância da oralidade/nasalidade da vogal –a em nomes da família Tupi-Guarani como *Parnaíba Paraná-ayba/Paraná-ahyba*, *Paraná/Paraná*, *itá/itã*. O topônimo *Maranhão* deve ter-se mantido com a sílaba final nasalizada, em alternância com *Paraná*, fenômeno comum no Tupi, conforme Sampaio (1955 [1901], p. 247). Esse fato se deve à situação de isolamento social em que viveu esse estado por longo tempo, com um lento processo de povoamento e menor influência socioeconômica e política no contexto colonial, em relação ao Pará, por exemplo, e a muitos outros estados.

Muitas foram as contribuições de caráter etimológico para elucidar a origem desse topônimo, as quais elencamos no quadro a seguir.

Quadro 2: Síntese das propostas etimológicas para o topônimo *Maranhão*

AUTOR	ÉTIMO	FONTE	PROPOSTA
Antenor Nascentes	Navarro	<i>Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa</i> (1952, p. 191).	“[...] o nome do rio passou ao Estado do Maranhão (1621), que abrangia as capitanias de Pará e Ceará, à capitania (1772), à província (1822) e finalmente, ao Estado federado (1889)”. “Sobrenome. De origem geográfica (LV, Antr., 166,170). Nome de lugar em várias províncias portuguesas. Na Espanha, sobrenome, Marãón,

			tirado da geografia (topônimo navarrês). De origem histórica no Brasil. Depois da vitória sobre os franceses do Forte de S. Luís (1615), Jerônimo de Albuquerque, brasileiro, filho de pai homônimo e sobrinho do donatário Duarte Coelho, tomou o sobrenome de Maranhão (Matoso Maia, <i>Lições de História do Brasil</i> , p. 116)".
Antonio Geraldo da Cunha	Pré-romano (?)	<i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i> (2007, p. 500).	“[...] maranha sf. ‘fibras ou fios enredados’; <i>maranas</i> pl. XIV, <i>marañas</i> pl. XV. Possivelmente de origem pré-romana. Des. EmaranhAR, 1813; EmaranhADO, XVII, EmaranhAR, 1813, maranhÃO sm. ‘grande mentira’ 1881 (2007, p. 500). “[...] maranhense adj. S2g. ‘natural ou habitante do Estado do Maranhão’ ‘relativo a esse Estado’ 1881. Do top. <i>Maranh(ão + -ENSE</i> ” (2007, p. 500).
Theodoro Sampaio	Tupi	<i>O tupi na geografia nacional</i> (1955 [1901], 246-247)	“MBARÁ-NHÃ, o mar corrente; o grande caudal que simula o mar a correr. Alteração <i>Maraná, Paranã</i> . V. <i>Mbará</i> [...] Alteração <i>Mará, Bará, Pará</i> ”. MARANÃ, <i>mbará-nã</i> , semelhante ao mar, rio caudaloso. Alteração <i>Paraná</i> (p. 246) MBARÁ, s. o mesmo que <i>pará</i> ; o mar, o rio caudaloso. Alt. <i>Mará, Bará, Pará</i> . (p. 247)
Luiz Caldas Tibiriçá	Nheengatu	<i>Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi: significado dos nomes geográficos de origem tupi</i> (1997, p. 84)	“Nome de um Estado da Região Norte do Brasil; rio do E. de Goiás; do Nheengatu <i>mara-nhã</i> , corredeira, correnteza; derivado do Tupi <i>mbarã-nhana, parã-nhana</i> , rio que corre”.
José Leite de Vasconcelos	Português	<i>Antroponímia Portuguesa</i> (1928, p. 170)	“Nome de lugar em várias províncias; cf. <i>Maranhas</i> no Minho. Do apelido <i>Maranhão</i> veio o derivado <i>Maranhão</i> , que se tornou nome de um casal do distrito de Leiria. - Na Hespanha também, há o apelido <i>Marañon</i> , sec. XIII, <i>Rios y Rios</i> , p. 144, tirado da

			geografia (<i>Marañon</i> na Navarra; cf. <i>Maraña</i> em León e Murcia). - A língua comum das duas nações tem respectivamente <i>Maranha</i> e <i>Maraña</i> , em sentido vegetal. Da Ibéria foi para o Brasil <i>Maranhão</i> , como já terá sido dito por outrem algures, o que não posso agora verificar.” (1928, p. 170).
José Pedro Machado	Céltico (?)	<i>Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa</i> (2003, p. 942)	<p>“Top. Avis, Évora, Fafe, Lagos; em Espanha, há <i>Maroñon</i>, em Ciudad Real e Navarra. Está relacionado com <i>Maranha</i> (em esp. há o s.f. <i>maraña</i> e o top. <i>Maraña</i>, León, Murcia e Pontevedra)? Ou é de origem celta? Ver <i>Marão</i>” (p. 942).</p> <p><i>Marão</i> top. Amarante (<i>Ovelha do Marão</i>, <i>Vila Chã do Marão</i>), Santa Mata do Penaguião, Santo Tiso; serra em Trás-os Montes. <i>Maraon</i> em 1116 (<i>D.M.P.</i>, I, p. 57; <i>Dissert.</i>, III, p. 68) e 1134 (<i>D.P.M.</i>, I, P. 162), <i>Maran</i> em 1141 (<i>id.</i>, <i>ibid.</i>, p. 228), <i>Maram</i> em 1258 (<i>Inq.</i>, p. 540). O nome da serra é de origem obscura, já que oferecem pouca consistência as principais hipóteses até agora apresentadas: do antr. Lat. <i>Maranus</i> ou <i>Maranius</i> (L.V., em <i>A Língua Portuguesa</i>, V, p. 153, e em <i>Etn. Port.</i> III, p. 216) e germânica (Piel, s.v., no entanto não chega a conclusão definitiva). Nomes de serra, como os de rios, geralmente são muito antigos; este talvez seja céltico, de <i>mar(os)</i>, ‘grande’, anteposto a <i>ran(da)</i>, ‘limite’; ou de <i>maromb</i>, acusativo de <i>maro</i>, também céltico, mas latinizado”. (p. 942)</p>

Fonte: as autoras

Assim, várias têm sido as contribuições na tentativa de identificar o verdadeiro étimo de *Maranhão*. Alguns propostos de forma mais convincente, outros não tão satisfatórios. Haveria uma forma surgida da língua brasílica, eminentemente natural, e outra do espanhol, pelo sobrenome, ou mesmo pelos topônimos portugueses?

Resta a explicação pelo fenômeno que Viaro (2011, p. 98) diz ser bastante comum, e que denomina “coincidência formal”, pelo fato da

semelhança entre os significantes. Se aceita a coincidência formal postulada, fica a pergunta: a que língua realmente pertence o termo *Maranhão*?

Visto que as formas *Maroñon* (sobrenome e topônimo), *Maraña* (topônimo) *maranhas* ('mentiras, intrigas, trama, malandragem') podem ser apenas "coincidência formal" (VIARO, 2011), em que ocorrem semelhanças de um termo no significante e no significado, nesse conjunto, e não havendo informação segura acerca de uma origem comum para o termo *Maranhão*, a origem Tupi deve ser considerada e merece maior aprofundamento.

Alguns nomes resultantes do Tupi *Mara(nhão)*

Da forma primitiva Tupi *mara-* ou *para-* 'grande caudal', 'mar corrente' provêm formas toponímicas selecionadas no site do IBGE. A forma *mara-* que se alterna com *para-* e *bara-* (SAMPAIO, 1955) ainda é bastante usada para designar as águas, os grandes caudais.

4.1 Alguns topônimos resultantes de *Mara(nhão)*

Os topônimos continuadores do Tupi MARA(NHÃO) e seus derivados podem ser agrupados em duas categorias distintas, de acordo com o tratamento da estrutura. Os dois conjuntos distintos agrupam-se da seguinte forma: os que possuem a lexia no núcleo do sintagma; e os que a possuem no adjunto adnominal restritivo de posse, ou seja, no genitivo indicador de pertencimento e opõem, respectivamente, um núcleo de etimologia Tupi e um núcleo de etimologia não Tupi, geralmente portuguesa. O primeiro conjunto é aqui exemplificado com o termo com o qual *mara-* se alterna: *para-* radicando topônimos que denominam estados brasileiros, seguidos de outros topônimos no estado do Maranhão ou mesmo fora dele.

PARÁ: "o vocábulo *pará*, de emprego comuníssimo na Geografia Nacional, não sofreu alteração senão no seu composto *paraná*" (SAMPAIO, 1955 [1901], p. 109); "mesmo que *mbará*, ou *mará*, s., o mar" (SAMPAIO, 1955 [1901], p. 258); conforme as notas de Edelweiss (apud SAMPAIO, 1955 [1901]), os indígenas denominavam *Pará* o rio caudaloso; ao mar chamavam *paraná*. Sampaio (1955 [1901], p. 109) assinala que essa forma se manteve sem muitas alterações como em *parahyba* ou *para-ayba*, rio ruim, *parahupeba*

ou *para-y-peba* rio de água rasa, *parahytinga* ou *para-y-tinga*, rio de água branca.

PARAÍBA: “Do tupi *Pa’rá*, rio, e *ayba*, ruim, impraticável, à força de dificuldades naturais da corrente, imprestável (TS, 281)” (NASCENTES, 1952, p. 233); “designa seus habitantes ou aplica-se à região Nordeste, onde se situa; é atribuído à mulher forte e lutadora da região”; “no sentido de ‘mulher macho’”, ocorre no baião *Paraíba* (Luís Gonzaga e Humberto Teixeira, 1950), cuja letra, referindo-se ao Estado da Paraíba, diz ‘Paraíba masculina, mulher-macho, sim senhor’” (HOUAISS; VILLAR, 2001-2007).

PARANÁ: “Do guarani *pa’ra*, mar, e *nã*, semelhante, semelhante ao mar (Montoya, BC, 362, TS, 282, Macedo Soares, *EL*. 35, 94, 157, 194) TS, 282, Martius, 79, e Lokotsch, *Ame. Worter*, 522, dão apenas a significação de ‘mar’, o que não é exato”. “Antigamente e talvez ainda hoje algures no Estado, se pronunciava *Paranã* (Homem de Melo, *Atlas do Brasil*, para o rio de Goiás, p. 27)” (NASCENTES, 1952, p. 233); *pará-nhana* (Mbará, Mará; Ypará) *Paranã/Paraná*, Paraná – é forma portuguesa literária e culta, que resultou da resolução do hiato por crase numa vogal nasal. Do tupi *para’nã* ‘semelhante ao mar’ (HOUAISS; VILLAR, 2001-2007). De *paranã*, *paraná*, ‘rio, parente de mar’ (TIBIRIÇÁ, 1997); para Dias (1970 [1858]) ‘mar’. Dick (1990, p. 233) apresenta a grande recorrência de *paraná* como genérico ‘rio’ que se toponimiza de forma adjetiva “precisando o designativo simples, em seus contornos específicos, como ‘natureza’ e ‘qualidade’ das águas, ‘coloração’, ‘volume’ e ‘dimensões’” e cita *Paranacatú* ‘rio bom’, *Paranaporanga* ‘rio bonito’, *Paranamirim* ‘rio pequeno’, *Paranatinga* ‘rio branco’, *Paranaguassu* ‘rio grande’, ocorrendo também este de forma posposta *Guabiruparaná*, *Jacuparaná*, e *Itaparaná*.

PERNAMBUCO: “*paranã-mbuca* o furo ou entrada do laga-mar [...] O nome *paranambuca* era comum na costa do Norte [...]. No tupi do Norte, no Nheengatu, *paranã-mbuca* quer dizer – jorro do mar -, alusão à embocadura por onde ele escapa” (SAMPAIO, 1955[1901], p. 262). O topônimo *Pernambuco* deve ter percorrido o seguinte percurso etimológico: *Paranã-mbuca* > *Paranã-buca* > *Paranambuca* > *Pernambuco*, em que o /p/ modifica-se para /b/ por influência da nasalação na composição, como *Guanabará* (>Guanabara) < *Guanã-pará*.

No Maranhão, outras formas radicam *para-* e *mara-*, tais como:

MARACU: antiga aldeia do Maranhão; a nota (2) de Garcia, em Claude d'Abbeville (1975 [1612-1614], p. 137), remete à explicação de Martius que sugere a “contração de *ymira-urucu*”. Para Tibiriçá (1997, p. 83), “*Maracu* é uma antiga aldeia do Maranhão fundada pelos padres da Companhia de Jesus, hoje cidade de Viana; alteração de *mbará-cu*, *pará-cu*, língua do mar, pequeno pântano formado próximo às praias, pela invasão das águas do mar”.

MARAPI: rio do Maranhão; rio do Pará; possível alteração de *marapé*, de *mbará-pé*, caminho do mar, caminho que leva ao mar (TIBIRIÇÁ, 1997, p. 84).

MARANHÃOZINHO: neste primeiro conjunto insere-se esta forma toponímica diminutiva *Maranhãozinho* (município pertence à mesorregião Oeste Maranhense, Microrregião de Gurupi). Topônimo com forma híbrida que reflete a influência inter-linguística com a sufixação *-inho* portuguesa, que representa linguagem afetiva, bem como expressa um intensificador de pertencimento na forma substantiva ao radical Tupi *mara-*. Os falantes tupiniquins têm escolhido este diminutivo que é bastante comum no português do Brasil. Sua origem, conforme Cunha (2010), remonta aos sufixos nominais – *ino*, *-ina* (< *inus*, *-ina*, *-inum*), usados para expressar em latim uma função diminutiva em decorrência de uma noção de origem, descendência; de relação, natureza, origem, pertença. Muito acionado na língua popular para indicar nomes substantivos e adjetivos de qualidade em grau diminutivo. Há um município no estado do Pará com essa denominação; e um antigo e conhecido afluente do rio Tocantins com a denominação *Maranhão*.

PARNAÍBA: “*Paranahy* – corresponde a *paranã-ayba*, o grande caudal ruim, ou impraticável. 93. Goyaz, Matto Grosso. Alteração *Parnahyba*” (SAMPAIO, 1955[1901], p. 259). “Nome de vários rios e cidades do Brasil; de *paraná-aíba*, rio ruim, impraticável (TIBIRIÇÁ, 1997, p. 94). Este topônimo deve ter evoluído em *Parnahyba Paranã-ayba/Paranã-ahyba Paranaíba>Parnaíba*.

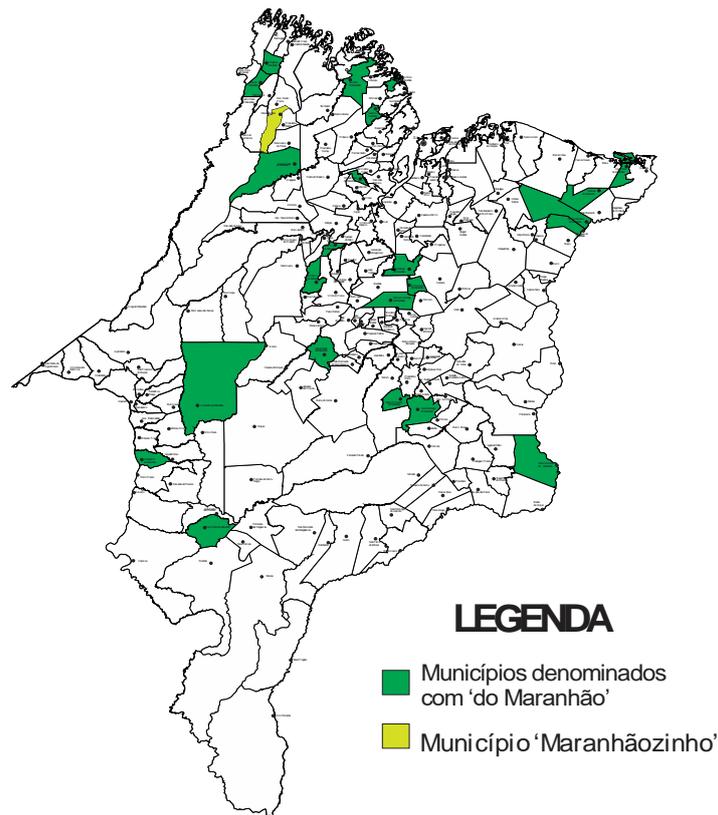
PARNARAMA – *paraná-rama*, para o rio, em direção ao rio (TIBIRIÇÁ, 1997, p. 95).

Dessas formas toponímicas remanescentes do Tupi, *para-* radica-se como mais frequente com formação aglutinada a sufixos Tupi. Alguns dos

topônimos com *para-* sofreram alteração fonética sob a influência do português, como o atesta Sampaio (1955 [1901]), como a síncope do *a* no meio da palavra (*pernã-*, para os portugueses e *fernã-*, para os franceses), registrando-se em *par-* ou *per-* no Maranhão, *Parnarama*, *Parnaíba*, tal como em *Pernambuco*.

O segundo conjunto contém formas toponímicas compostas que se caracterizam por sua recorrência e que são muito mais recentes do que as do primeiro grupo. A implantação do distintivo genitivo *do Maranhão* a um sintagma toponímico simboliza culturalmente tanto a localização e afiliação a um estado como um *status* histórico-cultural de independência administrativa que, por sua vez, mantém uma identidade pela similaridade formal do termo.

Os topônimos que radicam formas genitivas *do Maranhão* para denominar os municípios são: *Água Doce do Maranhão*, *Altamira do Maranhão*, *Alto Alegre do Maranhão*, *Amapá do Maranhão*, *Amarante do Maranhão*, *Bela Vista do Maranhão*, *Campestre do Maranhão*, *Central do Maranhão*, *Centro Novo do Maranhão*, *Feira Nova do Maranhão*, *Itinga do Maranhão*, *Junco do Maranhão*, *Lagoa Grande do Maranhão*, *Milagres do Maranhão*, *Nova Olinda do Maranhão*, *Olinda Nova do Maranhão*, *Porto Rico do Maranhão*, *Santa Filomena do Maranhão*, *Santa Quitéria do Maranhão*, *Santo Amaro do Maranhão*, *São Domingos do Maranhão*, *São Francisco do Maranhão*, *São Luís Gonzaga do Maranhão*, *São Mateus do Maranhão*, *Serrano do Maranhão*.

Figura 5: Representação da distribuição municipal de topônimos com o genitivo do Maranhão

Fonte: Dados do ATEMA.

A grande ocorrência dos topônimos com essa característica deu-se em função de dois fatores: primeiramente, pelo Decreto-Lei n. 311, de 02 de março de 1938, instituído no período da ditadura estabelecida pelo Estado Novo, que proibia a homonímia toponímica e fez surgir grande quantidade de novos topônimos. O outro fator decorre da criação dos novos municípios no final do século passado, cujas denominações adquiriram um diferencial de possíveis formas já existentes com o termo adjunto radicando culturalmente a maranhensidade, uma posse identitária *do Maranhão*.

A figura 5 mostra que dos 227 municípios maranhenses, há uma concentração de 25 topônimos cujas formas possuem estrutura composta com o adjunto adnominal restritivo *do Maranhão* na mesorregião Oeste Maranhense. A recorrência desse sintagma genitivo permite identificar um apego de proveniência regional aos lugares e, da mesma forma, a movência linguístico-histórica do léxico toponímico, posto que os topônimos acompanham os processos de urbanização e independência político-administrativa, assim como a movência dos habitantes transferindo-se de várias regiões adjacentes ou mais longínquas do Estado.

4.2 Nomes comuns resultantes de *Mara(nhão)*

O elemento *mara-* radica-se, de forma menos recorrente que *pará*, em vários nomes comuns. O designativo pátrio *maranhense* e o substantivo comum *maranhensidade* são as formas derivadas mais conhecidas.

MARANHENSE: o adjetivo *maranhense* remete ao território. É considerado um adjetivo pátrio por estar associado a nome do lugar, da nação ou território. Os gentílicos são adjetivos designativos de raça ou região de origem e podem ser chamados étnicos⁸. Oriundo de *Maranhão* + *-ense*.

MARANHENSIDADE: é um substantivo com o significado de pertencimento, de identidade. Trata-se de uma inovação no português evoluída de *maranhense-* sufixado com *-idade*, tal como acontece com *brasilidade*, *nacionalidade*.

Outros nomes podem ser postulados, porém de forma não seguramente atestada, como tendo a mesma origem:

MARACUTAIA: além de origem duvidosa, esse termo pode ser proveniente do Tupi, talvez comparando *marã* 'confusão, desordem' + *ku* 'língua, órgão da fala' + *taya* 'pimenta'; registradas por Teodoro Sampaio (HOUAISS; VILLAR, 2001-2007).

MARAMBAIA: pode ser proveniente do tupi *mara'mbai* 'restinga, língua de areia que cerca o mar' (HOUAISS; VILLAR, 2001-2007).

4.3 Antropônimos evoluídos de *Maranhão*

Jerônimo de Albuquerque, capitão português da Conquista do Maranhão, após vencer os franceses, com o propósito político-ideológico de ressaltar essa conquista e a derrota a que submeteu os invasores franceses, atribuiu a si e a seus familiares o antropônimo *Maranhão*, como relata o fragmento que segue:

Experimentou a Capitania de São Luís o mais pesado golpe na lamentável perda deste seu primeiro conquistador, que muito tempo antes tinha acrescentado nos sinais públicos o apelido de Maranhão ao de sua casa; ou fosse para crédito da sua fineza na

⁸ A esse respeito, trazemos uma discussão em Castro e Santos (2018).

duração da vida, ou para melhor eternizá-la na lembrança dos homens. (BERREDO, 1988 [1749], p. 125).

A denominação de *Albuquerque Maranhão* demonstra a ideologia de poder no e pelo nome. Vale lembrar que o nome *Maranhão* era usado para referir a *Ilha do Maranhão* e o Estado em que se situa a ilha. A ilha de São Luís era conhecida como *Ilha do Maranhão*. Atualmente esse antropônimo continua bastante conhecido como sobrenome ou apelido de família.

Assim, o sintagma *do Maranhão* demonstra um espraiamento denominativo para diversas regiões, cuja difusão no âmbito estadual ocorreu principalmente à época da emancipação de 84 municípios desse estado, ao lado da variante *Maranhãozinho* que permaneceu localizada diatopicamente, e tornou-se, também, antropônimo. Se a origem de *Maranhão* for portuguesa ou espanhola, então o topônimo revela um percurso bastante frequente no onomástico: um nome comum (*maranha*, de origem obscura, provavelmente pré-romana) que se institui como topônimo (português e espanhol) e que passa, na Península Ibérica, a antropônimo. Como antropônimo viaja para a América do Sul, tornando-se hidrotopônimo e alargando o seu âmbito para a identificação de lugares, enquanto topônimo. Instituído como (hidro)topônimo torna-se, então, também antropônimo, fixando-se nos territórios colonizados e retornando à Península Ibérica.

Inferências finais

Em vista dos resultados obtidos sobre a origem do nome deste Estado - e antiga denominação do atual rio Amazonas - o topônimo *Maranhão*, foram apresentadas diversas descrições do termo, primeiramente sob um viés de rastreamento de documentos históricos. Por esse percurso, as hipóteses sobre a origem apresentam afinidades histórico-mitológicas a dados que reforçam a opção de atribuição pelo mito fundador, relacionando o topônimo com o nome de algum descobridor, o que a torna aceitável, mas não o suficiente para a confirmação definitiva de uma filiação de origem espanhola desse topônimo. Nesta perspectiva, o percurso seria o seguinte: um vocábulo comum (*maranha*) originou diversos topônimos ibéricos (como *Maranhas* ou *Marañon*), de que derivou um antropônimo que, chegado ao Brasil, se tornou (hidro)topônimo. No

entanto, os próprios relatos históricos parecem contrariar essa hipótese, já que, como revela a *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* (2008 [1627-1698], p. 39). “a ilha do Maranhão antes que se descobrisse, sempre se chamou dos naturais Maranhão”.

Discutiu-se a hipótese da origem Tupi com a explicação que se posiciona em favor da denominação que significa para os indígenas “mar corrente, grande caudal”, cuja atestação tem em vista o fato de que esse étimo teria radicado muitos outros nomes de estados e municípios brasileiros iniciados pela raiz Tupi *mara-* ou sua alternante mais recorrente *para-*, desde antes do processo colonizador, bem como pelo fato de essa raiz referir o que sugere a geografia da região historicamente assim denominada, rica em grandes mananciais, com a presença de um grande rio em sua estrutura político-territorial inicial, a grande extensão do rio Amazonas e o desembocamento de suas águas no mar, com o fenômeno da pororoca. Assim, as evidências linguísticas para essa opção se revelam plausíveis, como já afirmado, pela grande recorrência desse elemento formante na toponímia brasileira, com topônimos como *Paraná*, *Pará*, *Pernambuco* e *Paraíba*, conforme o atestam Sampaio (1955 [1901]) e Tibiriçá (1997), estudiosos da língua indígena, e pela geografia regional. Além disso, fatores socioculturais e históricos como o fato de os colonizadores necessitarem de alguns representantes dos habitantes nativos, conhecedores das terras, dos lugares, de todos os recursos naturais e, certamente, de seus respectivos nomes para navegarem pelos desconhecidos rios, ajudam a sustentar a hipótese da existência desse topônimo antes da chegada dos europeus nessas terras ameríndias. Note-se, contudo, que apesar de Sampaio (1955 [1901]) e Tibiriçá (1997) apresentarem fundamentação fonética para suas hipóteses, que apontam para uma origem indígena (Tupi-Nheengatú), propõem étimos e evoluções não completamente coincidentes, fato que fragiliza essas hipóteses.

É certo que as fontes históricas sobre uma origem antroponímica ou toponímica para a lexia em exame são abundantes. Mas, como assevera Piel (1948, p. 306), “Se nos lembrarmos de que os nomes dos cursos de água de certa importância constituem, de modo geral, a parte mais vetusta do léxico de um país, perdendo-se as suas origens num passado longínquo...”, é cabível a

hipótese de origem Tupi, mas não liminarmente descartável a de origem espanhola para o termo discutido.

Uma terceira hipótese a considerar seria a existência de uma “coincidência formal”, como postulada por Viaro (2011, p. 98): nas formas *Maroñon* (sobrenome e topônimo), *Maraña* (topônimo) *maranhas* (‘mentiras, intrigas’) podem ocorrer apenas semelhanças dos termos no significante e no significado. Viaro (2011) explica que não se pode provar que termos sejam oriundos de um mesmo étimo apenas pela semelhança formal, e, quando há semelhança formal e semântica, pode ocorrer coincidência, empréstimo ou origem comum. Deve-se considerar, contudo, que neste caso ocorre semelhança formal, mas não semelhança semântica.

Em suma, apesar de toda a literatura existente sobre a origem do topônimo Maranhão, nenhum documento cabal foi apresentado até agora para atestar suficientemente sobre sua origem, se empréstimo ou origem comum entre o sobrenome *Maroñon* ou *Maraña/Marana/Maranhas* e o topônimo *Maranhão*. As evidências continuam incompletas.

Ao final, conclui-se que nem as evidências históricas, que apontam para uma possível origem espanhola ou portuguesa, nem as linguísticas e socioculturais, que indicam uma origem indígena para a lexia MARANHÃO, são suficientemente convincentes, de forma que permitam abraçar alguma delas em sua totalidade, ou afirmar com segurança a origem desse topônimo.

Referências

ABREU, João Capistrano de. Caminhos Antigos e Povoamentos do Brasil. Rio de Janeiro: Briguiet, 1930.

ALBERNAZ, João Teixeira. Mapa de 1632, com a descrição dos rios da costa do Maranhão e Grão-Pará, incluindo a Ilha de Marajó. Disponível em: Biblioteca Nacional.

<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/america-portuguesa/83-ocupa%C3%A7%C3%A3o-do-extremo-norte/8768-a-fran%C3%A7a-equinocial-e-a-conquista-do-maranh%C3%A3o-e-gr%C3%A3o-par%C3%A1> Acesso: em 12 de maio de 2020.

BERREDO, Bernardo Pereira de. Anais Históricos do Estado do Maranhão. 4. ed. Rio de Janeiro: Tipo Editor Ltda, 1988 [1749].

BETTENDORFF, João Felipe. Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. 3. ed. Imperatriz: Ética, 2008 [1627-1698].

BARLÉU, Gaspar. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Prefácio e notas de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974 [1647].

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do Gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CARDEIRA, Esperança. O Essencial sobre a história do português. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Aplicações da teoria dos signos na Onomástica. Língua e Literatura (USP), v. 27, p. 299-309, 2011.

CARVALHO, Carlota. O Sertão: Subsídios para a História e a Geografia do Brasil. 2. ed. Imperatriz: Etica, 2000 [1924].

CASAL, Aires de. Corografia Brasilica. Edição FAC-SIMILE, Tomo I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947 [1817].

CASTRO, Maria Célia Dias de. Maranhão: sua toponímia, sua história. 2012, 474 f, Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

CASTRO, Maria Célia Dias de; SANTOS, Gisélia Brito dos. Maranhense. E Por Que Não Timbira? Os Adjetivos Pátrios e Gentílicos à Luz da Ecolinguística. Revista de Letras: da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, v. 2, n. 37, p. 227-240, 2019.

COSTA, Américo. Dicionário Chorografico de Portugal Continental e Insular: Hydrographico, Historico, Orografico, Biografico, Archeologico, Heraldico, Etymologico. Prefacio: José Joaquim Nunes. Porto: Tipografia e Encadernação Domingos Oliveira, 1929.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi. 5. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: universidade de Brasília, 1999.

D'ABBEVILLE, Claude. História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão. Apresentação Mário Guimarães Ferri. Trad. Sérgio Milliet. Notas de Rodolfo Garcia. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975 [1612-1614].

D'EVREUX, Yves. Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614. Notas de Ferdinand Denis; trad. César Augusto Marques. São Paulo: Siciliano, 2002.

DICK, Maria Vicentina do Amaral. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina do Amaral. Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: FFL/USP, 1992.

DIAS, Gonçalves. Dicionário de Língua Tupi: chamada língua geral dos indígenas do Brasil (TUPI-PORTUGUÊS). Io de Janeiro: Livraria São José (1970 [1858]).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa. Coordenação Maria Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FONSECA, Gustavo Solís. La Gente Pasa, Los Nombres Quedan...: introducción en la toponímia. Lima: G. Herrera Editores, 1997.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, Objetiva, 2001-2007. CD-ROM.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri, SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Orgs.). As ciências do léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, Vol. VI, Campo Grande: Editora UFMS, 2012, p. 115-139.

MACHADO, José Pedro Machado. Dicionário etimológico da língua portuguesa. São Paulo: Confluência, vol. I-III, 2003.

MARQUES, César Augusto. Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão. Atualização e notas: LOPES, A., MORAES J. São Luís: Edições AML, 2008 [1870].

MORENO, Diogo de Campos. Jornada do Maranhão: por ordem de S. Majestade feita no ano de 1614. São Paulo: Siciliano, 2001.

NASCENTES, Antenor. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Tomo II. Nomes Próprios. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1952.

PIEL, José Maria. As Águas na Toponímia Galego-Portuguesa. Boletim de Filologia. Lisboa: Tipografia Jorge Fernandes Ltda, 1948, p. 305-342.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Memórias dos sertões maranhenses. Reunidas aos cuidados de Manoel de Jesus Barros Martins. São Paulo: Editora Siciliano, 2002 [1815; 1819; 1819].

RODRIGUES, Aryon. Dall'Ígna. Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRÍGUEZ, Manuel. El descubrimiento del Marañón. Edición de Angeles Durán. Madrid: Alianza Editorial, 1990 [1639].

SALAZAR-QUIJADA, Adolfo. La toponímia em Venezuela. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

SAMPAIO, Theodoro. O Tupi na Geografia Nacional. 4. ed. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, (1955 [1901]).

SILVEIRA, Sebastião Estácio da. Relação sumária das cousas do Maranhão. Notas de Cândido Mendes. 7 ed. São Luís: UFMA/SIOGE, 1979 [1624].

THEVET, André de. As singularidades da França Antártica. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978 [1556].

TIBIRIÇÁ, Luiz C. Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi: significado dos nomes geográficos de origem tupi. São Paulo: Traço, 1997.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. de. História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal. 3. ed. Vol. I. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1906 [1872-1874].

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal. 9 ed. Integral – 10ª. do tomo I. Vol. I-III.197 São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1978.

VASCONCELOS, José Leite de. Antroponímia Portuguesa. 2. ed. facsimilada. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

VIARO, Mário. Eduardo. Etimologia. São Paulo: Contexto, 2011.

Recebido em: 24-10-2020

Aprovado em: 18-12-2020